



Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Gestão Escolar

**O CONHECIMENTO DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO POR
PARTE DOS PROFESSORES DO CENTRO DE ENSINO
FUNDAMENTAL 19 DE TAGUATINGA NORTE**

Geralda Suely Santana

Professora-orientadora Mestra Olga Cristina Rocha de Freitas
Professor monitor-orientador Mestre Cristiano de Souza Calisto

Brasília – DF
julho/2014

Geralda Suely Santana

**O CONHECIMENTO DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO POR
PARTE DOS PROFESSORES DO CENTRO DE ENSINO
FUNDAMENTAL 19 DE TAGUATINGA NORTE**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Gestão Escolar como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação da Professora-orientadora Mestra. Olga Cristina Rocha de Freitas e do Tutor-orientador Mestre Cristiano de Souza Calisto.

Geralda Suely Santana

**O CONHECIMENTO DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO POR PARTE DOS
PROFESSORES DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 19 DE TAGUATINGA
NORTE**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar pela seguinte banca examinadora:

Mestra Olga Cristina Rocha de Freitas - UnB/SEEDF
(Professora-orientadora)

Mestre Cristiano de Souza Calisto – UnB/SEEDF
(Monitor-orientador)

Mestra Eter Cristina Silva Balestie Peluffo - SEEDF
(Examinador externo)

Brasília, 26 de julho de 2014

Dedico este trabalho a minha família e em especial a Thaís Santana de Mesquita, que além de filha, foi companheira em todos os momentos deste curso.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e pela inteligência
a mim ofertada.

A minha família, pela paciência, incentivo e
apoio, meus pais que me deram a vida.

Aos meus filhos: Michelle, Thágore e Thaís
que sempre me incentivaram e ajudaram nas
horas difíceis dessa trajetória.

Ao meu marido Antonio, pelo
companheirismo e amor.

Aos professores de todas as disciplinas,
especialmente os tutores que estiveram
sempre presentes mesmo que do outro lado
da tela.

A UnB, SEEDF, órgãos que oportunizaram
vivenciar mais este aprendizado de tão
grande valia a mim e a todos para os quais
poderei compartilhar.

O projeto da escola depende, sobretudo, da ousadia dos seus agentes, da ousadia de cada escola em assumir-se como tal, partindo da “cara” que tem, com o seu cotidiano e o seu tempo espaço, isto é, o contexto histórico em que ela se insere. Projetar significa lançar-se para frente, antever um futuro diferente do presente. Projeto pressupõe uma ação intencionada com um sentido definido, explícito, sobre o que se quer inovar.

Moacir Gadotti.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo investigar o conhecimento dos professores do Centro de Ensino Fundamental 19 de Taguatinga Norte, em relação ao Projeto Político Pedagógico da escola, bem como a sua influência no planejamento das atividades do cotidiano de sala de aula. A construção do Projeto Político Pedagógico não pode ser apenas uma obrigação legal da LDB nº 9.394/96 que a escola deve atender, mas, uma conquista que revela o poder da escola de organização procurando cada vez mais ter autonomia em suas decisões. Definir o papel político que a escola exerce é de extrema importância quando discutimos sobre o Projeto Político-Pedagógico. A ação pedagógica é também política, pois visa formar cidadãos, e esta ação será assumida no Projeto Político-Pedagógico, já que o mesmo oferece a identidade da escola. A coleta de dados foi realizada em forma de questionário, sendo ele constituído por treze perguntas discursivas, aplicado a cinco professores do 1º ao 5º ano do Centro de Ensino fundamental 19de Taguatinga – DF. Para se construir o PPP, o primeiro passo seria a mobilização de toda a comunidade escolar e fica bem claro que no CEF 19 de Taguatinga isto não ocorreu. Apenas 20% dos professores entrevistados dizem ter participado em algum momento nas coordenações coletivas, mesmo assim um professor na época era coordenador pedagógico. Destaco aqui que o professor por ser um dos elos mais atuantes dentro da escola, deve ser ouvido e participar de todos os momentos nas tomadas de decisões. A não participação dos professores na elaboração de projetos acarreta prejuízos e com certeza a não efetivação e colaboração em vários trabalhos. Conforme havia percebido, o PPP da escola foi construído a cada dois anos apenas pela equipe diretiva, o que anula seus professores e demais membros da comunidade escolar. Notoriamente, percebido na análise dos dados dessa pesquisa, a falta de conhecimento dos professores sobre o PPP da escola, o que deixa a desejar, pois a escola não tem um projeto único, mas, felizmente, a partir do currículo em movimento, para o triênio de 2014 – 2016 haverá novas diretrizes, o que contempla a construção do PPP como realmente deve ser feito.

Palavras chave: LDB, CEF19, Professores, PPP.

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

CEF 19 – Centro de Ensino Fundamental 19

DODF – Diário Oficial do Distrito Federal

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

PPP – Projeto Político Pedagógico

Art. – Artigo

SEEDF – Secretaria do Estado de Educao do Distrito Federal

PCN´s – Parâmetros Curriculares Nacionais

UnB – Universidade de Brasília

DF – Distrito Federal

LISTA DE GRÁFICOS

Tempo de atuação dos professores.....	25
Elaboração do PPP.....	27
Avaliação do PPP.....	29

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – Referencial teórico	14
1.1 O que diz a lei orgânica do DF.....	14
1.2 O que diz a LDB.....	15
1.3 O que vem a ser PPP.....	16
1.4 Projeto político pedagógico: identidade da escola.....	18
1.5 Projeto político pedagógico como referência.....	21
1.6 Construção de um conceito de participação.....	22
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA	25
2.1 Coleta de dados.....	25
2.2 Análise de dados e discussão.....	25
CONCLUSÃO	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34
APÊNDICES	36

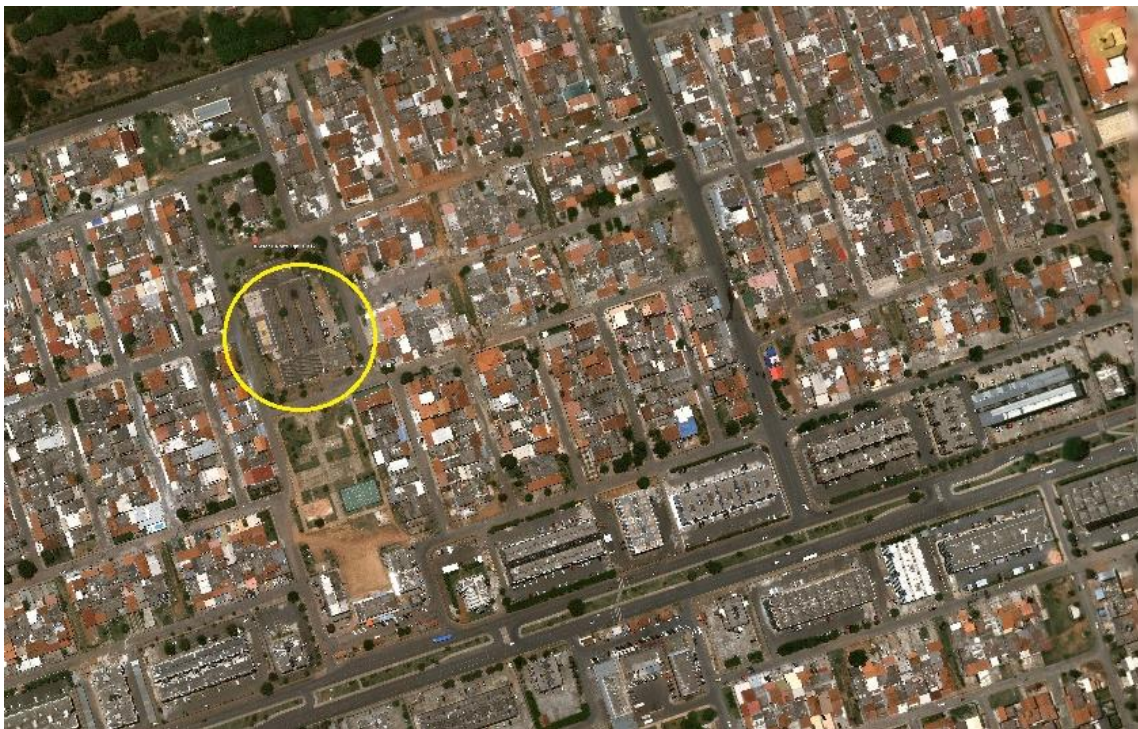
INTRODUÇÃO

A construção do Projeto Político Pedagógico não pode ser apenas uma obrigação legal da LDB nº 9.394/96 que a escola deve atender, mas, uma conquista que revela o poder da escola de organização procurando cada vez mais ter autonomia em suas decisões. Embora, na instituição em que eu atuo isso não ocorra, o PPP deveria ser a identidade da escola e o elemento organizador do trabalho pedagógico, procurando buscar sempre o sucesso da aprendizagem do aluno e inovação do cotidiano escolar. Por esse motivo, esse artigo busca investigar o conhecimento dos professores do Centro de Ensino Fundamental 19 de Taguatinga Norte, em relação ao Projeto Político Pedagógico da escola, bem como a sua influência no planejamento das atividades do cotidiano de sala de aula.

Em seu contexto temos:

Local de atuação: Centro de Ensino Fundamental 19 de Taguatinga.

Endereço: EQNL 10/12 Área Especial nº 01, Taguatinga Norte – DF.



Telefone: 3901-6664

Essa escola passou para a tipologia de CEF em Abril / 2013 – DODF nº 74, seção 01 página 04 - 08, até então era denominada Escola Classe 40 de Taguatinga, inaugurada em 10 de Abril de 1978, construída para atender turmas do 1º ao 5º ano e por algum tempo, turmas de educação infantil.

No Ano de 2014 a Escola atendeu dois turnos diferentes: turno matutino – 6º e 7º anos (13 turmas), turno vespertino – 1º ao 5º anos (seis turmas), totalizando 470 alunos.

De acordo com a regional de ensino, esta situação se reverterá gradativamente encerrando as séries iniciais nos próximos três anos.

O Centro de ensino Fundamental 19 de Taguatinga tem uma área de 6.000 m², sendo 3.776,93 m² de área construída. Desta área estão construídas 15 salas em três blocos, sendo 13 salas de aula, 01 sala de leitura e 01 laboratório de informática, 01 cantina, 02 depósitos sendo 01 para alimentos da merenda escolar e outro para produtos de limpeza, 04 banheiros sendo 02 para alunos e 02 para funcionários, 01 sala de auxiliares, 01 secretaria, 01 sala para direção da escola, 01 sala para reunião de professores, 01 sala para atendimento psico-pedagógico, 01 sala para orientação educacional, 01 sala de mecanografia, 01 sala de coordenação pedagógica e apoio aos alunos, 01 copa os professores, 01 depósito de material pedagógico, 01 sala de arquivo, 01 sala para vigias, 01 guarita.

Sendo todas as salas equipadas com mobiliário que atende as necessidades de cada sala, com ventiladores de teto para manter temperatura agradável ao local.

Em sua grande maioria os alunos são moradores das quadras que ficam aos arredores da escola.

Por se tratar de uma clientela fixa, a maioria dos pais possui casa própria, são trabalhadores e conseguem manter condições básicas de sobrevivência.

Trabalhar coletivamente apesar de ser muito mais vantajoso para escola como um todo, não foi o que aconteceu conosco, talvez por ser mais difícil se tratando de duas realidades no mesmo centro (Escola Classe e Centro de Ensino). É claro que a construção do PPP não deve ser feita apenas por uma equipe, mas, pelos vários segmentos que dela fazem parte.

Embora, no Centro de Ensino Fundamental 19 de Taguatinga, isso não ocorra, o PPP deveria ser a identidade da escola e o elemento organizador do trabalho pedagógico, procurando buscar sempre o sucesso da aprendizagem do aluno e inovação do cotidiano escolar. Por esse motivo, esse artigo busca investigar o conhecimento dos professores do Centro de Ensino Fundamental 19 de Taguatinga norte, em relação ao Projeto Político Pedagógico da escola, bem como a sua influência no planejamento das atividades do cotidiano de sala de aula.

Tendo como problemática “o conhecimento do PPP por parte dos professores de atividades do CEF 19 de Taguatinga Norte”, seu objetivo é investigar o conhecimento dos professores do Centro de Ensino Fundamental 19 de Taguatinga Norte, em relação ao Projeto Político Pedagógico da escola, bem como a sua influência no planejamento das atividades do cotidiano de sala de aula.

Especificamente:

- Definir o conceito de Projeto Político-Pedagógico.
- Identificar e analisar a representação dos docentes quanto o conhecimento do PPP e em que ele se aplica em sua vivência na sala de aula.

Estes professores não participaram de forma efetiva na construção do PPP da escola, mas apenas atuam e atuaram como meros executores.

Ao longo deste trabalho veremos que construir um PPP é um processo que exige diálogo, persistência, a sistematização e avaliação de dados apresentados por seus segmentos.

CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO

Baseando na legislação vigente e em literaturas atuais, faremos uma discussão das ideias sobre o assunto, buscando dar ênfase ao porque construir coletivamente o projeto pedagógico.

1.1 O que diz a Lei orgânica do DF

Ao estabelecer a gestão democrática, a nossa constituição relaciona os seguintes princípios que devem ser observados:

Art.206 – o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas de coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V – valorização dos profissionais de ensino, garantindo na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurados regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela união;

VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII – garantia de padrão de qualidade.

Como vimos, a constituição federal estabeleceu o princípio de gestão democrática do ensino público e esta foi regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional. (Lei 9.394/96). Assim, ficou instituído ao mesmo tempo, o direito e o dever da participação de todos os que atuam nos sistemas e nas escolas públicas.

1.2 O que diz a LDB

Vejamos então, o que dizem os artigos 12, 13 e 14 da LDB da educação sobre a participação na escola:

Art. 12- os estabelecimentos de Ensino respeitadas as normas comuns e as de seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I – elaborar e executar sua proposta pedagógica.

Art. 13 – os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (...);

II – elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

Art. 14 – os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do PPP da escola.

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Hoje a LDB trata a escola e o aluno com uma ênfase que não havia sido ainda dada pelas leis que a antecederam. Ao fixar diretrizes, sua principal característica é a flexibilidade. E nesta destacam-se três grandes eixos diretamente relacionados à construção de um PPP para uma escola realmente democrática: autonomia, avaliação e liberdade. Podemos concluir que a construção coletiva do PPP deve ocorrer visando, a instalação de uma autonomia construída e dialogada na escola, e não meramente para cumprir um dispositivo legal.

É preciso entender que as leis não mudam a realidade com um toque de mágica, devendo ser vistas mais como ponto de partida para os indivíduos pensarem suas próprias condições e transformá-las. Por isso, não basta a LDB Lei nº 9394/96, atribuir aos estabelecimentos de ensino a tarefa de elaborar o PPP.

O coletivo da escola é heterogêneo, pois é formado por diversos segmentos: professores, gestores, pessoal, técnico-administrativos, pais, alunos, representantes da comunidade local. É bom lembrar que o trabalho de construção de PPP não é um processo harmônico, sem conflitos, é um processo que apresenta muitos conflitos, existindo nele, interesses de todos os segmentos. Mas, são esses interesses que o torna um processo rico e dinâmico.

1.3 Afinal, que vem a ser o PPP?

Etimologicamente, a palavra projeto vem do latim, participio passado de *projicere*, que significa lançar para frente. Projeto pode ser entendido, ainda, como intento, desígnio, empreendimento. Com base nessas ideias, o projeto pedagógico é concebido como instrumento técnico – metodológico que a escola elabora, de forma participativa, com a finalidade de apontar a direção e o caminho que vai percorrer para realizar, da melhor maneira possível, sua função educativa.

[...]“O projeto da escola não começa de uma só vez, não nasce pronto, é muitas vezes, o ponto de chegada de um processo que se inicia com um pequeno grupo de professores com algumas propostas bem simples e que se amplia, ganhando corpo e consistência. Nesse trajeto, ao explicitar propósitos e situar obstáculos, os educadores vão estabelecendo relações, apontando metas e objetivos comuns, vislumbrando pistas para melhorar a sua atuação.”

(Maria Alice Setubal 1994, p.17).

A escola é um espaço educativo, o seu trabalho não pode ser pensado nem realizado no vazio e na improvisação. O projeto pedagógico que possibilita à escola inovar sua prática pedagógica, na medida em que apresenta novos caminhos para as situações que precisam ser modificadas.

Definir o papel político que a escola exerce é de extrema importância quando discutimos sobre o Projeto Político-Pedagógico. A ação pedagógica é também política, pois visa formar cidadãos, e esta ação será assumida no Projeto Político-Pedagógico, já que o mesmo oferece a identidade da escola.

Quando se fala do papel da escola frente à sociedade não se pode esquecer que a escola cumpre seu papel dentro de uma sociedade que está historicamente situada, possuindo ideologias, relações de poder, divisões de classes sociais, modo

de produção, analisar o papel da escola dentro de uma determinada sociedade implica reconhecer a educação como um ato político, pois suas ações possuem uma intencionalidade que reforçará o modo imposto pela sociedade ou criará um espaço de construção de uma contra - ideologia. Ao conter em si uma concepção de sociedade, de homem, de cultura e conhecimento, a educação essencialmente afirma-se intencional, não existindo uma neutralidade no fazer pedagógico, pois a escola incorpora interesses ideológicos e políticos.

[...]“Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não ser neutra, minha prática exige de mim uma definição... Não posso ser professor a favor simplesmente do Homem ou da Humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contrastante com a concretude da prática educativa.”

(Freire 1996, p. 115).

Discutindo sobre redundância da presença das palavras Político e Pedagógico, no termo Projeto Político-Pedagógico. Ele afirma que:

[...] consideramos importante manter o “político” para jamais descuidarmos desta dimensão tão decisiva do nosso trabalho, não nos esquecermos dos coeficientes de poder presente nas práticas educativas e nas suas interfaces com a sociedade [...] não perdemos de vista que a algum interesse político nós sempre servimos que não há neutralidade; se não temos um projeto explícito e assumido, com certeza estamos seguindo um projeto de alguém.

(Vasconcellos 2004, p.19)

Assim, assume o projeto pedagógico tendo duas dimensões, como explicam André (2001) e Veiga (1998): a política e a pedagógica.

O projeto "é político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade"

(André, p.189)

e é “pedagógico porque possibilita a efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo”

(André, p.189).

Essa última é a dimensão que trata de definir as ações educativas da escola, visando à efetivação de seus propósitos e sua intencionalidade (Veiga, p.12).

Assim sendo, a "dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica" (Saviani, cit. por Veiga, 1996 p.13).

1.4 Projeto Político-Pedagógico: identidade da escola

Como vimos no item à cima, por estar ligado às questões sociopolíticas o projeto de uma escola faz-se político, visando à formação do cidadão para uma determinada sociedade. Seu fazer pedagógico se dá nas definições das ações educativas para que se cumpra a intencionalidade e propósito da escola. O Projeto Político Pedagógico não é apenas um conjunto de objetivos, metas e procedimentos arquivados para cumprir as tarefas burocráticas. Veiga (1996), afirma que o projeto político pedagógico define uma direção a ser seguida, a contínua expressão da ideia sobre a educação e sua função social exigindo uma reflexão da concepção e finalidade da educação com a sociedade. Isto traz a construção da identidade da escola.

Já para Vasconcellos, PPP é definido como o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar,

[...]Trata-se de um importante caminho para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico metodológico para a transformação da realidade.

(VACONCELLOS 2004, p.17).

Vasconcellos (2004, p.20) cita diversas finalidades do PPP, entre elas destacamos: o resgate da intencionalidade da ação para assim possibilitar a (re)significação do trabalho; o fato de ser um instrumento de transformação da realidade; o envolvimento do conjunto de pessoas em torno de uma mesma causa; o fortalecimento do grupo para enfrentar conflitos; a colaboração na formação pessoal

dos participantes e a construção da unidade superando a fragmentação das práticas educacionais e possibilitando a continuidade da linha de trabalho na instituição.

O Projeto Político-Pedagógico não é um fim, mas sim um meio, um instrumento teórico-metodológico que exige uma sistematização e elaboração, não podendo reduzir-se somente a uma simples confecção de um documento. O PPP deve ser disponibilizado, construído e reconstruído por todos aqueles que participam da comunidade escolar e querem efetivamente uma mudança. Nas linhas a seguir vamos refletir sobre alguns elementos que compõe a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, visando a linha do Planejamento Participativo como cita Vasconcellos (2004).

O PPP se divide em duas partes: a Elaboração e a Realização Interativa. A elaboração contempla três dimensões são elas: a Análise da Realidade, a Projeção de Finalidades e o Plano de Ação. Já a Realização Interativa considera a Ação e a Avaliação.

Em algumas escolas, normalmente, o momento do planejamento docente se divide em duas etapas: no início do ano, onde se traçam as linhas gerais, compreendendo relação de conteúdos, recursos didáticos e instrumentos de avaliação; e depois individualmente, cada professor elabora dentro do planejamento docente, o seu plano de ensino-aprendizagem diário, semanal, mensal, bimestral ou trimestral, dependendo da organização pessoal e da escola na qual leciona.

Como já foi citado no ponto acima:

Planejamento é processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando ao melhor funcionamento de empresas, instituições, setores de trabalho, organizações grupais e outras atividades humanas. O ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações.

(PADILHA, 2001, p. 30).

A razão de ser do planejamento docente é orientar o ensino favorecendo a aprendizagem, ou seja, sua principal finalidade é didática, expressando o pensar na

ação docente, refletindo os objetivos, conteúdos, metodologias e avaliações dos alunos e do próprio professor.

“o planejamento é o processo de decisão sobre atuação concreta dos professores, no cotidiano de seu trabalho pedagógico, envolvendo as ações e situações, em constantes interações entre professor e alunos e entre os próprios alunos”.

Sant'Anna et al (1995, p. 19)

"processo de tomada de decisões bem informadas que visem racionalização das atividades do professor e do aluno, na situação de ensino-aprendizagem".

Padilha (2011, p.33)

“O Projeto de Ensino-Aprendizagem é uma síntese que o educador faz dos apelos da realidade, das expectativas sociais, de seus compromissos e objetivos, das condições concretas do trabalho. Com esta temática estamos no cerne da atuação do professor: a própria organização de sua proposta para o trabalho em sala de aula. Este é um campo da maior importância na práxis docente: como vai estruturar sua atividade, que necessidades localiza no grupo, que objetivos pretende alcançar, que conteúdos vai propor, como vai avaliar, etc”.

Vasconcellos (2004, p.147).

O Projeto de Ensino-Aprendizagem é também chamado de plano de ensino, plano de curso, plano de estudos. O plano é a "apresentação sistematizada e justificada das decisões tomadas relativas à ação a realizar" (FERREIRA apud PADILHA, 2001, p.36). O Projeto de Ensino-Aprendizagem é produto do planejamento docente, e este está articulado com o Projeto Político-Pedagógico e as políticas educacionais, traduzidas nas Diretrizes.

Na construção do Projeto de Ensino-Aprendizagem alguns elementos devem ser tomados em conta, segundo Vasconcellos (2004, p.149):

- A clareza que o Projeto Político-Pedagógico é uma grande referência para todos os projetos da escola.
- A integração do trabalho da escola, do curso e da área específica.

- A concepção dialética, superando as visões parciais do planejamento, não excedendo as extremidades, mas estabelecendo uma relação. Por exemplo: de um lado está o planejamento formal e alienado e do outro o não planejamento ou o planejamento ingênuo, espontâneo; a concepção dialética aqui se mostra para a vivência de um planejamento consciente, crítico, intencional, aberto e interativo.
- A diferença entre a contingência e a necessidades de um conteúdo e do conhecimento, pois muitas vezes os conteúdos que são contingentes tornam-se necessários no cotidiano da escola, deixando para trás o conhecimento em si, e este se torna contingencial.
- O trabalho com os alunos concretos, ou seja, ser professor dos alunos e não dos conteúdos estabelecidos. Garantindo espaço para que os conteúdos emergentes se desenvolvam no cotidiano, e no trabalho em sala de aula.
- Espaços de reflexões, durante o ano, para se pensar sobre o planejado, o que deu certo, alguma dificuldade, mudanças a serem feitas, etc. Estes momentos são individuais e em grupo, contando com a ajuda a coordenação pedagógica.

1.5 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COMO REFERÊNCIA PARA TODOS OS PROJETOS DA ESCOLA

Vamos nos fixar neste elemento que deve ser tomado em conta da construção do Projeto de Ensino-Aprendizagem, apresentado acima: o Projeto Político-Pedagógico é uma grande referência para todos os projetos da escola.

Vasconcellos (2002) afirmou que o planejamento docente terá muito mais consistência e organicidade se estiver articulado ao Projeto Político-Pedagógico. Outro autor que descreve sobre este ponto é Padilha (2001) afirmando o comprometimento do professor e a organização de suas atividades baseadas no que foi decidido coletivamente no PPP, assim se teria uma direção única estabelecida coletivamente com os outros segmentos escolares, facilitando o trabalho dos professores e dando maior ânimo e significado a suas atividades cotidianas.

Porém para que esta relação entre o Projeto Político-Pedagógico e o Planejamento docente ocorra de fato existe um ponto crucial que é a participação

efetiva na tomada de decisões, na construção, elaboração, execução e na avaliação do Projeto Político Pedagógico.

Aqui retornamos às reflexões do segundo ponto, apresentadas anteriormente, no qual definimos o conceito e as concepções do PPP que este trabalho defenderia. Vamos a seguir, aprofundar um pouco mais no conceito de participação, como forma de uma atuação consciente dos professores reconhecendo e assumindo seu poder perante a elaboração e a concretização do Projeto Político-Pedagógico, citando também o Planejamento Participativo como maneira de iniciar um processo de participação.

1.6 CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO

A participação dos docentes na construção do Projeto Político-Pedagógico é de extrema importância para a efetivação do mesmo no cotidiano da escola, para que o PPP possa sair do papel e tornar realidade no ambiente escolar. O professor também é um elemento-chave na liderança e na comunicação com os alunos e com a comunidade, para que esses possam também se envolver cada vez mais com o ambiente escolar ocorrendo um processo de participação de todos (direção, funcionários, professores, alunos, pais e comunidade) na comunidade escolar. O Planejamento Participativo visa envolver toda a comunidade escolar nas responsabilidades e na busca comum. Porém, o não envolvimento dos professores neste processo de participação pode acarretar grandes dificuldades na continuação de todo o trabalho. Dalmás (1994, p.45) frisa a importância da participação dos professores afirmando:

Sabe-se que o grupo de professores, apesar da Direção e dos Serviços Especializados de uma escola, tem a possibilidade de transformar ou manter a dinâmica de uma instituição. A força transformadora de uma escola está em seu corpo docente, com o auxílio e apoio da Direção e dos Serviços.

Como já foi citado acima não é somente no corpo docente que o planejamento participativo se fixa, mas em toda a comunidade escolar. No entanto, o início deste processo pode se dar através de um grupo de professores, e na medida que tal grupo se estabilizar abre-se à presença dos funcionários, alunos e pais.

“O acreditar e o agir coerente será testemunho e convite para os outros se integrarem na caminhada que está sendo vivenciada”.

(DALMÁS 1994, p. 46).

Segundo Gandin (1988, p.82-83), através do Planejamento Participativo muitas escolas iniciaram um processo de participação. Tal autor define o Planejamento Participativo como:

[...] é um processo em que as pessoas realmente participam porque a elas são entregues não só as decisões específicas, mas os próprios rumos que se deve imprimir à escola. Os diversos saberes são valorizados, cada pessoa se sente construtora – realmente o é – de um todo que vai fazendo sentido à medida em que a reflexão atinge a prática e esta vai esclarecendo a compreensão, e à medida em que os resultados práticos são alcançados em determinado rumo.

Defende-se aqui a participação e não a colaboração do professor no Projeto Político Pedagógico, pois o professor assume-se sujeito da comunidade escolar a partir do momento que participa e se compromete com decisões e ações e não somente dá opiniões e sugestões. Segundo Dalmás (1994) para que de fato ocorra este processo participativo é necessário, uma participação concreta nas responsabilidades de elaboração, execução e de avaliação.

Horta (1978, p.4) apresenta o conceito de participação no processo educativo tendo sentido somente:

“quando indica uma presença ativa de todos os interessados no processo de tomada de decisões, na execução e na avaliação de todas as atividades relacionadas com a definição dos objetivos, a organização e o funcionamento do sistema educativo em seus diferentes níveis”.

Durante a caminhada deste processo de participação pode ocorrer várias dificuldades em todos os segmentos. As dificuldades que vamos apresentar aqui, esta relacionada diretamente com os professores, que são o “alvo” da pesquisa. Tais dificuldades podem ser o despreparo e o descompromisso dos professores frente à elaboração, construção e avaliação do Projeto Político-Pedagógico e a aplicação do mesmo no seu planejamento e cotidiano.

Em relação ao despreparo do professor se tem de um lado a despreparação técnica/profissional, com relação à forma metodológica, conhecimento dos conteúdos, do outro a falta de formação sócio-política, que não visa uma formação consciente do aluno para levá-los a desenvolverem a crítica e a participação. No caso de professores descomprometidos existem dois tipos os que são resistentes ou aqueles que são indiferentes, não sendo contra e nem a favor de nada.

Para lidar com esta dificuldade necessita ultrapassar resistências e problemas. Quando se trata de Planejamento Participativo requer uma adesão interior para se colocar em prática, considerando a realidade e o contexto de cada instituição escolar.

Deste modo, somente com o engajamento real de todos que fazem parte da comunidade escolar e do ato de educar, se dará de fato vida as palavras e páginas do Projeto Político-Pedagógico, deixando de ser um mero cumprimento formal da lei.

CAPITULO 2 - METODOLOGIA

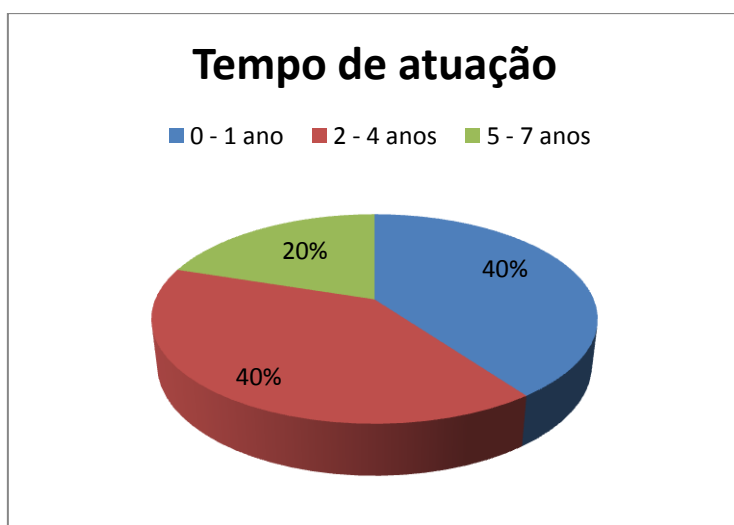
2.1 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada em forma de questionário, sendo ele constituído por treze perguntas discursivas, aplicado a cinco professores do 1º ao 5º ano do Centro de Ensino fundamental 19de Taguatinga – DF.

Analisaremos as concepções dos professores à cerca do PPP, o que eles entendiam, se conheciam, qual a participação na elaboração do mesmo.

2.2 Análise de dados e discussão

Iniciou-se o questionário perguntando aos professores há quanto tempo trabalham na instituição, quando responderam que o período de atuação dentro da escola era de um mês, um ano, dois anos, três anos e seis anos, representados no gráfico abaixo:



Observei que, teoricamente os professores conhecem algumas definições, por ouvirem falar em algum momento, mas não foram sujeitos ativos e participantes da construção do projeto da escola em que trabalham.

“O projeto é justamente um instrumento teórico metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma maneira refletida consciente, sistematizada, orgânica, científica. E o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar, ação de todos os agentes da escola.”

(Vasconcelos 1995, p.143).

Creio que mesmo teoricamente sabendo da existência de um projeto político pedagógico, há ainda uma visão equivocada, considerando-o apenas como um documento administrativo exigido pela SEDF.

Foi perguntado aos professores o que eles entendem por Projeto Político-Pedagógico, assim responderam:

...seria a Estrutura Organizacional pedagógico, administrativo da Escola. (professor 1).

...é um projeto que norteia toda a instituição e envolve todos os profissionais da escola juntamente com a comunidade escolar (professor 2)

...é um plano de ação de trabalho da escola sua elaboração parte sempre dos sucessos e insucessos procurando acertar propondo ações que possam contribuir na melhoria da escola como um todo (professor 3).

...é um documento elaborado pela comunidade escolar com vistas as nortear o trabalho pedagógico da escola como um todo (professor 4).

...é um plano de ação local, baseado na regulamentação educacional norteadora do ensino aprendizagem da se do DF, o qual visa atender as necessidades individuais da comunidade escolar (professor 5).

Outra apreensão apresentada pelos professores foi de correrem o risco de se tornarem meros executores das ações planejadas pela equipe diretiva.

(...) para tanto, impõe-se que toda a comunidade escolar seja efetivamente envolvida na construção, e explicitação dessa mesma intencionalidade.

(SEVERINO, 1998, p.89).

Para se construir o PPP, o primeiro passo seria a mobilização de toda a comunidade escolar e fica bem claro que no CEF 19 de Taguatinga isto não ocorreu.



Apenas 20% dos professores entrevistados dizem ter participado em algum momento nas coordenações coletivas, mesmo assim um professor na época era coordenador pedagógico.

Destaco aqui que o professor por ser um dos elos mais atuantes dentro da escola, deve ser ouvido e participar de todos os momentos nas tomadas de decisões.

A não participação dos professores na elaboração de projetos, acarreta prejuízos e com certeza a não efetivação e colaboração em vários trabalhos.

Dalmás (1994. Pag.45) frisa a importância da participação dos professores afirmando:

“A escola é um espaço educativo, e o seu trabalho não pode ser pensado nem realizado no vazio e na improvisação. O projeto político pedagógico é o instrumento que possibilita à escola inovar sua prática pedagógica, na medida em que apresenta novos caminhos para as situações que precisam ser modificadas. Ao construí-lo coletivamente, a escola afirma sua autonomia sem, no entanto, deixar de manter relações com as esferas estaduais e federais”.

Questionou-se então se ele acha realista um único Projeto abranger toda uma Unidade Educacional, então todos responderam que sim, e alguns ainda complementaram as respostas dizendo que deve ser ampla toda a escola, outra disse que a mesma norteia toda escola visando detenção de resultados. Outro entrevistado disse que possibilita a harmonia dos diferentes segmentos, direcionando-os a um objetivo comum e por fim, a última complementação foi que desde que nele conte subprojetos.

Pegando gancho na pergunta acima, questionou-se, ao ver do professor, como isso poderia acontecer então me responderam com as seguintes frases:

...Quando equipe escolar e família comunidade trabalham em parceria. (professor 1)
...Toda escola deve ter definida uma identidade e um conjunto orientador de princípios que iluminem a ação pedagógica para si e para comunidade escolar (professor 2).

...Com o compromisso assumido por todos os participantes com o Objetivo de alcançar uma educação de qualidade (professor 3).

...Construí-lo na coletividade. Divulgá-lo na comunidade, fomentá-lo com a teoria e prática dos envolvidos (professor 4).

Nessa pergunta, teve um professor que deixou essa questão em branco, alegando não saber responder.

Foi solicitado então que os professores dessem sugestões de como realizar a elaboração do PPP, então um professor disse não saber dar sugestões e os outros professores deram as seguintes sugestões:

...Em forma de encontros reuniões, discussões e formalização das idéias. (professor 1).

...Reuniões, Discussões e Atitudes (professor 2).

...De preferência com a participação de toda comunidade escolar em espaço amplo (professor 3).

...Envolver aqueles resistentes na avaliação (professor 4).

Sabe-se que o grupo de professores, apesar da direção e dos serviços especializados da escola, tem a possibilidade de transformar ou manter a dinâmica de uma instituição. A força transformadora de uma escola está em seu corpo docente, com o auxílio e apoio da direção e dos serviços.

Expressando a opinião de cada um, foi indagada qual a importância de uma contínua avaliação do PPP, assim obteve-se as seguintes respostas:

...Deve ser revisado continuamente todas as vezes que for necessária ser feita adaptação (professor 1)

...É muito importante para o crescimento da instituição e para melhorar a aprendizagem dos alunos (professor 2).

...É importante porque evita a improvisação, escolhem-se as melhores estratégias, facilitando o trabalho como um todo (professor 3).

...Identificar as fragilidades e potencialidades (professor 4).

...Renovação, rever metas e ações novos caminhos (professor 5).

Foi perguntado também se na instituição, existem momentos de avaliação do PPP, caso a resposta fosse positiva, foi solicitado ao professor citar em quais momentos são feitas essas avaliações, daí foram obtidos os seguintes dados expressos em gráfico:



Então, os três professores que responderam sim, citaram:

...Acredito que pelo pouco que vi, percebe que há sim (professor 1) .

...Nos momentos de coordenação (professor 2).

...Rapidamente nas reuniões pedagógicas, quando deveria ser um momento mais prolongado e coletivo (professor 5).

A construção do PPP é um processo que exige diálogo, persistência, sistematização e avaliação de todas as ações propostas. Necessita que seja visto como uma construção contínua e com resultados gradativos que decorrem da vivência dos segmentos que o elaboram. Constituindo-se em uma referência de autocrítica para esses mesmos sujeitos.

A avaliação precisa preocupar-se com os múltiplos aspectos do seu processo de construção, cobrindo um grande número de questões que vão desde aquelas específicas do processo ensino-aprendizagem de sala de aula até outras que tratam do trabalho da escola como um todo.

Citando Veigas, 1998, pg.32 temos:

“A avaliação do PPP, numa crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar, compreender criticamente as causas da existência dos problemas, bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas (criação coletiva)”.

Baseado em todo referencial teórico, é reafirmado mais uma vez que o professor acredita que um projeto pedagógico único da escola é o rumo que ela deve tomar. Corresponde a tomada de decisões educacionais pelos vários segmentos que a compõem. Estes são os executores e também devem ser os avaliadores sempre considerando a organização do trabalho escolar como um todo.

Fazendo uma revisão do planejamento do cotidiano escolar e qual é a sua relação com o PPP da escola, os professores não têm certeza se há muita proximidade entre eles e o PPP. Eles até atribuíram importância a isto, mas, não sabem que ambos têm significados distintos. Diria que o projeto pedagógico busca a construção da identidade da escola, estabelecendo seu direcionamento e o comprometimento do sujeito da comunidade escolar e local em torno de uma visão comum e o planejamento é o que permeia todas as atividades da escola.

Falando sobre a importância que os professores atribuem ao planejamento docente, tivemos como respostas:

- Importante, pois é o diário do bordo do educador (professor 1).
- Muito importante e fundamental (professor 2).
- É importante porque evita que professor esteja despreparado e evite o imprevisto durante a ministração das aulas (professor 3).
- É essencial, pois possibilita a organização e a sistematização do trabalho pedagógico (professor 4).
- Sem ela o processo ensino aprendizagem fica a deriva nas mãos da sociedade. Ensinar a aprender tem de ser uma ação intencional, onde ambos os casos têm claro e objetivamente suas metas e, isso só é possível através do mínimo de planejamento (professor 5).

Refletindo sobre o assunto, Luck, 2000, p.16:

“O que é planejamento estratégico? Trata-se de um (...) esforço disciplinado e consistente destinado a produzir decisões fundamentais e ações que guiem a organização escolar em seu modo de ser e de fazer, orientado para resultados com forte e abrangente visão de futuro”.

A pergunta seguinte foi:

Em sua opinião em que medida os projetos desenvolvidos, na sala de aula e na Unidade Educacional como um todo, são articulados com o Projeto Político-Pedagógico?

Espantosamente, apenas dois professores responderam a essa questão, sendo que um professor deu uma resposta vazia:

...Acredito que seja (professor 1).

...À medida que ajudam a alcançar o objetivo primordial do PPP em ação (professor 2).

Para finalizar, foram solicitados alguns exemplos que ocorrem atualmente na escola e apenas um professor respondeu a esse item dizendo que a exemplo estão o projeto de leitura e a semana da família. Os outros professores não responderam.

O processo de planejamento do Cef 19 deveria estar considerando a atividade prática/reflexiva dos sujeitos envolvidos na escola. Os sujeitos partem da prática social para transformá-la por meio de ações conscientes, intencionais, com vistas à transformação. O PPP deveria ser referência da organização do trabalho escolar direcionando as normas de funcionamento da escola.

No processo contínuo de elaboração do projeto pedagógico, a escola necessita de um planejamento que considere a organização do trabalho escolar, sua prática pedagógica, de modo a desenvolver planos de ação que possibilitem, de fato a melhoria da qualidade de ensino e os resultados da aprendizagem dos alunos. Deve se ter consciência que o PPP é o eixo norteador, deve ser assumido como uma conquista do coletivo da escola, um instrumento de luta e de organização.

CONCLUSÃO

A LDB (Lei 9.394/96) redimensiona o conceito de escola e explicita que está nas mãos dos sujeitos que fazem a escola definir a organização do seu trabalho pedagógico. Obviamente, uma atribuição dessa natureza é de grande responsabilidade, porque implica a definição dos caminhos que a escola vai tomar e, conseqüentemente, a construção de sua autonomia.

Levando em conta os objetivos dessa pesquisa, que se propôs à investigar o conhecimento dos professores de atividades, do PPP da escola. À partir da análise dos dados conclui-se que os professores entrevistados ainda necessitam de um maior entrosamento e participação na construção do PPP da escola.

A escola não deve elaborar seu projeto pedagógico apenas devido a uma exigência legal, mas sim a partir da necessidade de inovar a ação coletiva no cotidiano de seu trabalho. A legislação assegura a possibilidade de sua elaboração, mas são sujeitos da escola que garantem a sua realidade. Porém, isso não basta, é preciso que a escola reconheça que é preciso que todos os seus atores se tornem responsáveis pelos serviços educacionais que ela presta a comunidade, procurando sempre a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, essa é a finalidade última do projeto pedagógico.

Em síntese, o projeto pedagógico é o que confere identidade à escola e, por isso, precisa ser construído coletivamente por todos os segmentos que participam da vida escolar – professores, corpo técnico-pedagógico, pessoal de apoio, pais, alunos e mais membros da comunidade escolar -. Mostrando-se democrático, abrangente, flexível e duradouro.

(Veiga 1997, p.38).

A concepção do PPP ainda está restrita na participação de projetos isolados ao longo do ano a exemplo a festa junina. Seria de grande valia garantir aos professores o processo que precede a elaboração do PPP, que é a sensibilização ao mesmo.

Conforme havia percebido, o PPP da escola foi construído a cada dois anos apenas pela equipe diretiva, o que anula seus professores e demais membros da comunidade escolar, notoriamente percebido na análise dos dados dessa pesquisa,

a falta de conhecimento dos professores sobre o PPP da escola, o que deixa a desejar, pois a escola não tem um projeto único, mas, felizmente a partir do currículo em movimento para o triênio de 2014 – 2016 estão havendo novas diretrizes, o que contempla a construção do PPP como realmente deve ser feito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRE, M. E. D. O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação. IN. Amélia Domingues de Castro e Anna Maria Pessoa de Carvalho. **Ensinar a Ensinar**. São Paulo, 2001.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96**: 1996.

CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Promulgada em 5 de outubro de 1988 e Emendas Constitucionais, especialmente a 14/96 (Reforma Educacional, incluindo a instituição do Fundef), a 18/98 (Reforma Administrativa) e a 20/98 (Reforma da Previdência).

DALMÁS, A. **Planejamento participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GANDIN, D. **Escola e transformação social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

HORTA, J. S. B. **Educação e participação**. In Revista Educação, nº27. Rio de Janeiro:1978.

LUCK, H. et. AL. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

SANT'ANNA, F. M.; ENRICONE, D.; ANDRÉ, L.; TURRA, C. M. **Planejamento de ensino e avaliação**. 11. ed. Porto Alegre: Sagra / DC Luzzatto, 1995.

SEVERINO, A. J. O projeto político-pedagógico: a saída para a escola. In: **Para onde vai a escola? Revista de Educação DA AEC**, Brasília, DF (107), abril/jun. 1998.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertat, 1995.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 2ª. ed. Campinas: Papyrus, 1996.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 3ª. ed. Campinas: Papyrus, 1997.

VEIGA, I. P. A. **“perspectivas para a reflexão em torno do projeto político-pedagógico”**. IN: RESENDE, Lucia Maria Gonçalves de & Veiga, Ilma Passos Alencastro. **“Escola: espaço do projeto político-pedagógico.”** Campinas: Papirus, 1998.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1. Tempo de profissão na instituição:

2. O que você entende por Projeto Político-Pedagógico?

3. Você acha realista um único Projeto abranger toda uma Unidade Educacional?

4. A seu ver como isso pode acontecer?

5. Você participou da elaboração do Projeto Político-Pedagógico desta Unidade Educacional?

sim () não ()

6. Como foi elaborado? Quais foram os espaços/momentos designados a isso?

7. Sugestões de como realizar a elaboração:

8. Em sua opinião qual é a importância de uma contínua avaliação do Projeto Político-Pedagógico?

9. Existem na instituição, momentos de avaliação do Projeto Político-Pedagógico?

Sim () Não ()

Caso responda SIM, Cite quais momentos:

10. Sugestões de como realizar a avaliação:

11. Qual a importância que você atribui ao planejamento docente?

12. Em sua opinião em que medida os projetos desenvolvidos, na sala de aula e na Unidade Educacional como um todo, são articulados com o Projeto Político-Pedagógico?

13. Cite alguns exemplos que ocorre atualmente em sua realidade:
